

# Portugal coloca 914 milhões em dívida a cerca de nove e 16 anos a juros mais baixos

A procura cifrou-se em 1.424 milhões de euros, 2,29 vezes o montante colocado.

14 Julho, 2021 • 11:58



Cristina Casalinho, IGCP

© PAULO SPRANGER/Global Imagens

Portugal colocou esta quarta-feira 914 milhões de euros, abaixo do montante máximo indicativo, em Obrigações do Tesouro (OT) a cerca de nove e 16 anos a taxas de juro mais baixas em relação aos anteriores leilões comparáveis, foi anunciado.

Segundo a página do IGCP, que gere a dívida pública, na agência Bloomberg, foram colocados 622 milhões de euros em OT com

maturidade em 18 de outubro de 2030 (cerca de nove anos) à taxa de juro de 0,127%, inferior à de 0,397% registada num leilão com prazo semelhante em 09 de junho, quando foram colocados 700 milhões de euros em OT a 10 anos.

A procura cifrou-se em 1.424 milhões de euros, 2,29 vezes o montante colocado.

Com maturidade em 15 de abril de 2037 (cerca de 16 anos), Portugal colocou hoje 292 milhões de euros à taxa de juro de 0,609%, também inferior à verificada no anterior leilão comparável de 12 de maio, quando foram colocados 699 milhões de euros em OT a cerca de 15 anos a 0,841%.

A procura atingiu 726 milhões de euros, 2,49 vezes o montante colocado.

O IGCP tinha anunciado que realizava hoje dois leilões de OT a cerca de nove e 16 anos, com um montante indicativo global entre 750 milhões de euros e 1.000 milhões de euros.

As maturidades das OT hoje leiloadas são em 18 de outubro de 2030 (cerca de nove anos), com um cupão de 0,475%, e em 15 de abril de 2037 (cerca de 16 anos), com um cupão de 4,1%.

Para o diretor de investimentos do Banco Carregosa, Filipe Silva, "a tendência descendente nas 'yields' da dívida soberana tem-se mantido desde maio", permitindo o registo de taxas mais baixas na emissão de hoje.

"Os discursos dos líderes dos bancos centrais continuam cautelosos, pelo que falar em abrandamento dos estímulos ou fim dos programas de compras de ativos, ainda não é assunto", afirma Filipe Silva, considerando que as novas variantes da covid-19 acabaram por abrandar as expectativas do ritmo da recuperação económica e que os setores mais

afetados pela pandemia, ainda estão longe de uma normalidade.

"Teremos de assistir a uma recuperação evidente da atividade económica como um todo, para que possamos assistir a uma real inversão desta tendência nas taxas de juro de longo prazo", defendeu.